

Acesso Aberto no Brasil: aspectos históricos, ações institucionais e panorama atual

Sely M. S. Costa

Universidade de Brasília

Hélio Kuramoto

Universidade Federal de Minas Gerais

Fernando C. L. Leite

Universidade de Brasília

Resumo

Este capítulo relata experiências que culminaram na consolidação do Acesso Aberto à informação científica no Brasil a partir da descrição de aspectos históricos, principais iniciativas e panorama atual vivenciado pelas instituições acadêmicas brasileiras. Dá-se destaque a quatro questões principais. A primeira refere-se à influência inicial da *International Conference on Electronic Publishing* (ELPUB) realizada em 2003. A segunda diz respeito ao modelo e abordagens para o acesso aberto no Brasil. A terceira é concernente ao papel primordial do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e o seu programa de acesso aberto. Finalmente, discute o modelo integrado de gestão e comunicação da informação científica norteador das iniciativas da Universidade de Brasília. Conclui-se que as iniciativas preconizadas pela filosofia do Acesso Aberto permitiram ao Brasil dar maior acessibilidade a sua produção científica, com pelo menos quatro benefícios adicionais. Primeiro, as mudanças no processo e no sistema de comunicação científica. Segundo, as mudanças nos papéis exercidos pelas bibliotecas universitárias. Terceiro, o estabelecimento de parcerias interinstitucionais. Finalmente, a discussão sobre Acesso Aberto no parlamento brasileiro.

Abstract

This chapter describes a number of experiences that culminated with the consolidation of Open Access to scientific information in Brazil. It includes historical aspects, major initiatives and the current situation in Brazilian academic institutions. The work highlights four major issues. Firstly, it refers to the initial and crucial influence of the International Conference on Electronic Publishing (ELPUB),

which occurred in 2003. Secondly, Open Access model and approaches adopted in Brazil are described. Thirdly, it highlights the key role of the *Brazilian Institute of Information in Science and Technology* (IBICT) and its open access programme. Finally, there is the discussion of a management and communication integrated model as the guidance of initiatives at the University of Brasília. It is concluded that initiatives recommended by the Open Access philosophy allowed Brazil to get greater access to its scientific production, with at least four fringe benefits. The first one is concerned with changes in the scholarly communication process and system. The second is regarding changes in roles performed by university libraries. The third is the establishment of inter-institutional partnerships. Finally, there is the debate on Open Access by the Brazilian Parliament.

Introdução

O conteúdo apresentado neste capítulo corresponde às iniciativas brasileiras de acesso aberto, dentro do modelo discutido a partir da Budapest Open Access Initiative (BOAI), de 2002, bem como das reuniões de Bethesda e de Berlim. O texto reflete, em sua quase totalidade, um relato das experiências capitaneadas pelos autores.

No Brasil, tais iniciativas e ações tiveram início na primeira metade da primeira década do presente século, mais especialmente em 2003. Desde então, uma variedade de programas institucionais, particularmente por parte do IBICT e de universidades, vêm sendo desenvolvidos, no intuito de promover e realizar ações relacionadas ao movimento global de acesso aberto à informação científica.

É importante notar que, a despeito de existirem iniciativas em outros contextos no Brasil, este capítulo centra o foco naquelas relacionadas ao contexto da comunicação científica. Graças, principalmente, às políticas e ações do IBICT, a maioria das universidades federais brasileiras e de institutos de pesquisa realizam, no momento atual, programas de ações relacionadas tanto com a Via Verde quanto com a Via Dourada. São essas ações que são descritas neste texto, envolvendo tanto os aspectos históricos e as principais iniciativas, quanto o panorama atual vivenciado pelas instituições acadêmicas brasileiras.

Aspectos históricos: ações nos primeiros anos

Os aspectos discutidos nesta seção dizem respeito às ações realizadas no Brasil a partir de 2003. Referem-se, principalmente, a iniciativas por parte do IBICT,

lideradas pelo Prof. Dr. Hélio Kuramoto, e da Universidade de Brasília, lideradas pela Profa. Dra. Sely Costa, com quem desde cedo o Prof. Dr. Fernando Leite compartilhou todas as experiências relatadas e que também atuou no IBICT até recentemente.

Começo de tudo: a influência da ELPUB 2003

O primeiro contato de pesquisadores e gestores brasileiros com questões relacionadas ao movimento mundial de acesso aberto, particularmente com aquelas questões que envolvem tanto a Via Verde quanto a Via Dourada, ocorreu em 2003, na cidade de Guimarães, Portugal, quando da realização da 7ª ELPUB. Naquela ocasião, participavam da ELPUB pesquisadores e outros atores do processo de comunicação científica envolvidos nas iniciativas pioneiras de Acesso Aberto no mundo, como a BOAI. Em relação à participação brasileira, estavam presentes os dois primeiros autores deste texto, os quais, ao retornarem ao Brasil, iniciaram conversações e gestões visando à inserção do Brasil no movimento.

Os dois principais projetos apresentados na ELPUB 2003 que tiveram influência direta nas iniciativas brasileiras foram a apresentação de John Willinsky sobre o Open Journal System, parte do Public Knowledge Project (PKP), e a apresentação de Mary Barton sobre o desenvolvimento do Repositório Institucional do Massachusetts Institute of Technology (MIT) por meio do DSpace, plataforma desenvolvida para sua criação. Como é possível depreender, tais experiências, compartilhadas na conferência, serviram de estímulo e catapultaram as ações brasileiras.

Modelo e abordagens para o acesso aberto no Brasil

As abordagens em que se apoiou o movimento em favor do acesso aberto no Brasil são mostradas na figura 1, a qual ilustra modelo norteador que embute uma metodologia de ação, descrita a seguir. Como se pode observar, os principais atores do movimento, categorizados como seus *stakeholders* no modelo, adotaram duas estratégias concomitantes, nomeadamente **sensibilização** (*top down*) e **ação real** (*bottom up*). Houve, para tal, necessidade de que se atuasse tanto junto a gestores da administração superior de instituições brasileiras quanto a gestores de bibliotecas universitárias e profissionais da informação e da informática.

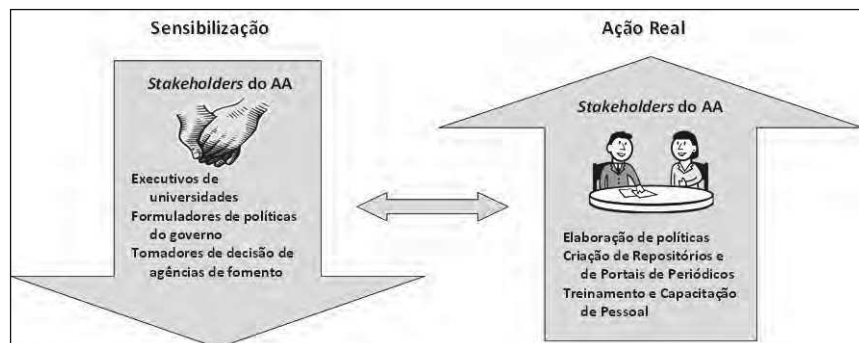


Figura 1: Modelo das abordagens adotadas para o Acesso Aberto no Brasil

A abordagem *top down* compreendeu o trabalho conjunto dos *stakeholders* e de “investidores” do acesso aberto, incluindo executivos de universidades e de agências de fomento à pesquisa e formuladores de políticas do governo. Isso, por sua vez, consistiu em trabalho de **sensibilização** desses atores, visando tanto ao conhecimento claro a respeito do tema e persuasão para adoção das estratégias, metodologias e ferramentas do AA, quanto ao comprometimento a ele, permitindo a tomada de decisão para adoção do acesso aberto e implementação das ações necessárias.

A abordagem *bottom-up*, por outro lado, altamente recomendada, consistiu no trabalho de ação propriamente dita, o que requereu três tipos de ações que confirmam a decisão de adotar o AA no país. O primeiro refere-se à elaboração de políticas para os repositórios institucionais. O segundo diz respeito à criação de repositórios institucionais e de portais de periódicos científicos e outros serviços digitais nas universidades brasileiras. Finalmente, o treinamento e capacitação de equipes em instituições por todo o país, contribuindo para acelerar o movimento e garantir sua expansão.

As duas abordagens mostraram-se convergentes. A coexistência pacífica das duas revelou, de fato, ser a melhor agenda para o movimento no Brasil.

Spreading the news: a teoria da difusão de inovação de Everett Rogers

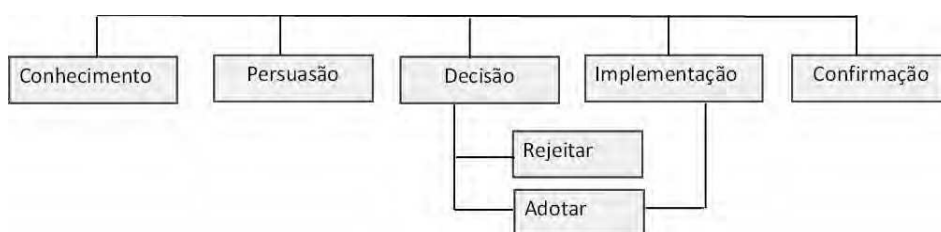
Parece pertinente e oportuno trazer à tona a proposta de Everett Rogers (Rogers, 1983) sobre a teoria da difusão de inovações, para tratar do modo pelo qual *stakeholders* brasileiros agiram no sentido de difundir no país a ideia do Acesso Aberto. Rogers define quatro elementos que influenciam a propagação

de uma ideia nova. São eles: a inovação, os canais de comunicação, o tempo e um sistema social. Tais elementos operam em conjunto, na medida em que difusão consiste em um processo pelo qual uma inovação é comunicada via certos canais, ao longo do tempo e entre membros de um sistema social.

Usando a definição de difusão de Rogers, é possível aplicar os elementos descritos pelo autor às ações realizadas no Brasil em relação à difusão do Acesso Aberto. Nesse caso, a inovação é a filosofia do Acesso Aberto: uso de novos modelos para representação e interpretação do sistema e do processo de comunicação científica (Costa; Moreira, 2003).

Foram dois os canais mais utilizados para comunicação da filosofia do Acesso Aberto no Brasil. O primeiro consistiu em apresentações nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e em eventos científicos ou profissionais de áreas do conhecimento como a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Psicologia e as Ciências da Saúde. O segundo foram palestras proferidas em reuniões de conselhos superiores de universidades e instituições de pesquisa. O período utilizado para a difusão do Acesso Aberto no Brasil de modo mais incisivo e mais tempestivo foram os quatro anos após a ELPUB em Portugal, isto é, 2004 a 2008. Finalmente, o sistema social em que se difundiu tal inovação foi a comunidade científica brasileira.

Adicionalmente, o modelo proposto pelo autor (Figura 2) determina que por meio do processo de difusão as pessoas experimentam cinco estágios de aceitação de uma inovação, nomeadamente conhecimento, persuasão, decisão, implementação e confirmação.



Com base nesses estágios Rogers classifica as pessoas em um continuum que se estende entre os adotantes prematuros (*early adopters*) e os adotantes tardios (*late adopters*). Claramente, no Brasil tem-se um panorama de adotantes tardios dentro da comunidade de pesquisadores do País. Apesar de bibliotecários e analistas responderem positivamente à iniciativa, observa-se demora em re-

lação à aceitação da filosofia do Acesso Aberto e suas ações subsequentes por parte dos pesquisadores do País, tal como acontece na maioria dos países. Daí o longo período de comunicação sobre o Acesso Aberto, que permaneceu nos estágios de conhecimento e persuasão por pelo menos cinco anos.

Isso porque as iniciativas por parte das universidades brasileiras de adoção de Repositórios Institucionais e de Portais de Periódicos e outros serviços digitais de Acesso Aberto, resultantes de decisões nas instâncias superiores de adotar os modelos, implementá-los e confirmá-los por meio da elaboração de políticas institucionais, tem sido, sem dúvida, tardia. Isto é, a decisão de adotar para então implementar e confirmar tem sido tardia em relação aos momentos de comunicação e persuasão.

No entanto, tal atraso em relação a países do hemisfério Norte não significa que o Brasil não tem iniciativas “precoces” e de sucesso, como é o caso da SciELO que, embora anterior ao movimento, é o maior exemplo do país. É também o caso de portais de periódicos como os da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de Santa Catarina. No que concerne aos Repositórios Institucionais, a Universidade de Brasília é uma das pioneiras na decisão de adotar a inovação, tomada ainda no final do ano de 2003, com o apoio da administração superior da Universidade.

O Manifesto Brasileiro em favor do Acesso Aberto

Após o estabelecimento da Declaração de Berlim, em 2003, o IBICT foi convidado a aderir formalmente à iniciativa. Entretanto, somente depois de atingir estabilidade política e administrativa, ao final de um período de instabilidade institucional, em 13 de setembro de 2005, em parceria com a Universidade de Brasília, o IBICT lançou o Manifesto brasileiro de apoio ao Acesso Aberto à informação científica, inteiramente baseado na Declaração de Berlim. O lançamento deu-se por videoconferência e contou com a presença da Academia Brasileira de Ciência e de outras sociedades científicas, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, de vários pesquisadores e de técnicos e cientistas da informação. A videoconferência foi realizada com a integração de seis pontos: Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo e Florianópolis, e contou com apoio técnico e tecnológico da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

O objetivo do Manifesto foi o de que este se constituísse em referência para a Política Nacional de Acesso Aberto no Brasil. Em 2005 e 2006, vários documentos com o mesmo teor foram assinados durante eventos científicos realizados no País, como foi o caso da Declaração de Salvador¹, da Declaração de Florianópolis² e outros.

Posteriormente, foi elaborado e apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.120, de 2007, dispondo sobre a criação e manutenção de repositórios institucionais no Brasil. O *leitmotif* do projeto reside nos pressupostos da Declaração de Berlim, fundamentando, assim, a política nacional brasileira. Este primeiro projeto foi arquivado e tramita agora, no Senado Federal, o Projeto de Lei 387, de 2011, com o mesmo teor.

Não há, portanto, no Brasil, política nacional governamental para as questões do Acesso Aberto no País até o momento. No entanto, há políticas institucionais aprovadas e em vigor em universidades. É importante ressaltar, sobre esta questão, dois pontos. O primeiro, que as políticas institucionais das universidades fundamentam-se nos pressupostos da Declaração de Berlim e do Manifesto Brasileiro. Segundo, que as ações do IBICT têm visado, ao longo de uma década, que tais pressupostos norteiem as ações no país.

Papel primordial do IBICT: uma questão de visão

Esta seção descreve as ações do IBICT para a consolidação do Acesso Aberto à Informação Científica no Brasil. Tendo em vista sua missão - promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação científica e tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico - o IBICT investiu, na pessoa do Dr. Hélio Kuramoto, grandes e significativos esforços em direção à operacionalização do Acesso Aberto no Brasil. É importante ressaltar que o Dr. Kuramoto, ao retornar da ELPUB 2003, decidiu trazer para o Brasil as experiências conhecidas durante a conferência. No papel de coordenador, foi possível, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP – www.finep.gov.br), do Ministério da Ciência e Tecnologia, assim como do próprio IBICT, obter os recursos necessários que viabilizaram projetos imprescindíveis às iniciativas de Acesso Aberto no Brasil. Tais projetos tornaram-se principais programas e nas mais importantes realizações do Instituto até hoje.

Em sintonia com os desenvolvimentos mundiais, as ações de Acesso Aberto do IBICT podem ser sintetizadas no modelo a seguir (Figura 3) que ilustra como estratégias básicas as orientações da Via Dourada e da Via Verde para o Acesso Aberto à informação científica, viabilizadas por meio de quatro tipos de ações básicas e inter-relacionadas, a saber: capacitação, tecnologia, sistemas de informação e políticas.

1 Disponível em <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

2 Disponível em <http://www.libertas.com.br/site/index.php?central=conteudo&id=1926>

Por conseguinte, obedecendo ao que está ilustrado na Figura 3, cada uma das linhas de ação é especificada em função das atividades realizadas no âmbito do programa Acesso Aberto do IBICT. Por uma questão de economia de texto, não é possível detalhar, como desejado, textual nem numericamente, todas as ações. No entanto, espera-se que a descrição apresentada forneça uma ideia clara do papel do IBICT em seu Programa de Acesso Aberto.

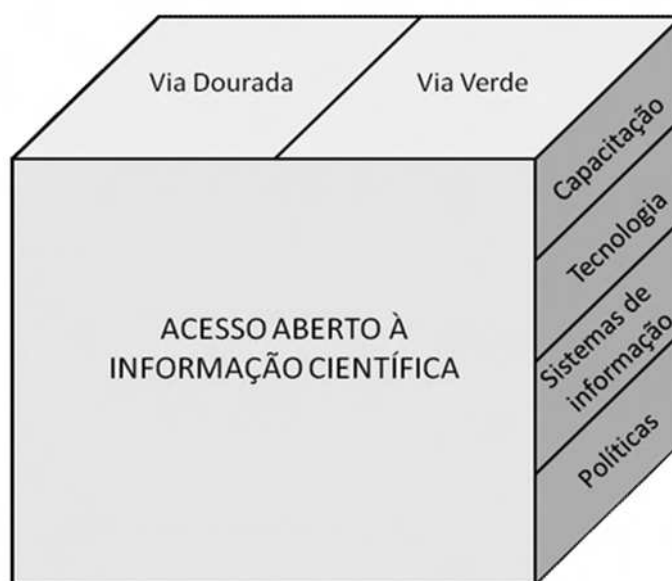


Figura 3: Programa de Acesso Aberto do IBICT

Capacitação

A dimensão **capacitação** do Programa de Acesso Aberto do IBICT refere-se ao desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas com o acesso aberto e a comunicação científica nos níveis institucional (IBICT) e nacional (bibliotecas de universidades e de institutos de pesquisa e editores de todo o país). As ações ocorreram tanto em relação à equipe do próprio IBICT quanto, principalmente, em relação a equipes gestoras de repositórios digitais (bibliotecas digitais de teses e dissertações, repositórios institucionais) e periódicos científicos eletrônicos de Acesso Aberto. A capacitação de equipes gestoras de repositórios digitais envolveu basicamente o treinamento de bibliotecários e analistas de sistemas de universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Os bibliotecários foram sistematicamente expostos ao contexto da comunicação científica e do Acesso Aberto, assim como às ferramentas:

- TEDE (Sistema Eletrônico de Teses e Dissertações, desenvolvido pelo IBICT para construção de bibliotecas digitais de teses e dissertações);
- SEER (Sistema Eletrônico para Editoração de Revistas, customização do Open Journal System-OJS, para criação e gestão de periódicos científicos eletrônicos); e
- DSpace (customizado pelo IBICT para construção de repositórios institucionais).

Os analistas foram submetidos a treinamento de instalação e configuração destas mesmas ferramentas.

O desenvolvimento de competências e habilidades ocorreu, ainda, a partir da realização de três workshops e um encontro com gestores de repositórios, publicação de livro, cartilha e manuais, promoção de 10 eventos sobre o tema, prestação de assessorias, oficinas e cursos, e participação em fóruns.

Tecnologia

A dimensão **tecnologia** diz respeito à adaptação, ao aperfeiçoamento e à transferência de tecnologias para a construção de uma infraestrutura tecnológica nacional para a instauração das duas estratégias de Acesso Aberto. O objetivo foi promover a absorção de tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao tratamento e à disseminação da informação científica. As ações foram conduzidas em dois estágios.

O primeiro consistiu de prospecção e construção/adaptação de ferramentas para a criação de bibliotecas digitais de teses e dissertações. Em seguida, foi customizado o OJS (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas -SEER) para a gestão de revistas científicas e o OCS (Sistema de Organização e Administração de Conferências - SOAC) para gestão de conferências, fatos ocorridos a partir de 2003. Somente em 2006 o IBICT começou a trabalhar com os repositórios institucionais por meio do DSpace. Em relação ao DSpace é importante ressaltar a relevante colaboração dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, na pessoa do seu director, Eloy Rodrigues, e também da sua equipa de analistas. Tal colaboração foi e continua sendo fundamental para o avanço no uso do DSpace no Brasil. Um pouco antes, foi criado um repositório temático em Ciência da Informação, o DiCi (Diálogo Científico, adaptado e customizado do Eprints, para construção de portais e periódicos científicos eletrônicos).

O segundo estágio compreendeu a transferência das tecnologias estabelecidas como prioritárias para o acesso aberto. Além de sua relação direta com a linha

de ação Capacitação, a transferência das tecnologias dependeu da construção de ambientes que a comunidade pudesse ter como referência, sendo eles: serviço de incubadora de revistas científicas, desenvolvimento de página contendo informações sobre o DSpace, desenvolvimento do Portal do SEER, aquisição e distribuição de kits tecnológicos (servidores com os sistemas SEER e DSpace devidamente instalados e configurados).

Sistemas de Informação

Na dimensão **sistemas de informação** está compreendida, como amplamente encontrado na literatura, a combinação organizada de pessoas, hardware, software, redes de comunicação, recursos de informação, políticas e procedimentos que visam a reunir, organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar informação que alimenta e que resulta de atividades de pesquisa. No âmbito do programa Acesso Aberto do IBICT, os sistemas de informação são essencialmente de dois tipos, a saber: provedores de dados e provedores de serviços. Os primeiros são os repositórios digitais (bibliotecas digitais de teses e dissertações, repositórios institucionais) e os periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto. Todos utilizam o protocolo OAI-PMH para integração e disseminação dos seus dados. Os últimos têm a missão de reunir os conteúdos dos provedores de dados, por meio do uso do protocolo OAI-PMH, e de fornecer serviços de informação a partir da reunião de todos os dados dos provedores de dados em uma única base de dados.

O IBICT assumiu esta função de provedor de serviço, em duas oportunidades. A primeira, quando do projeto da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), reunindo os dados das diversas bibliotecas de teses e dissertações mantidas por universidades brasileiras e fornecendo o serviço de informação utilizando todos esses dados. O segundo, quando do projeto do Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasis.Br), reunindo informações provenientes dos provedores de dados localizados em universidades brasileiras. Além disso, participa também do Diretório Luso-Brasileiro.

Além desses sistemas de informação, o IBICT desenvolveu e implementou o Diadorim, um sistema de informação de apoio à gestão de repositórios digitais. Seu objetivo é identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento de artigos nos repositórios institucionais.

Políticas

A dimensão **políticas** no programa Acesso Aberto do IBICT ocupa uma relevante posição. A atuação política do Instituto pode ser traduzida em um conjunto de subações cujos objetivos são sensibilizar e influenciar o comportamento de atores envolvidos no cenário do acesso aberto, nomeadamente pesquisadores, governo, bibliotecas, universidades e institutos de pesquisa, agências de fomento e editores científicos. Nesse sentido, o IBICT induziu e participou de um grupo de ações políticas, entre as quais as mais relevantes incluem:

- Lançamento do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Aberto (2005)³;
- Lançamento e assinatura da Declaração de Florianópolis (2006);
- Assinatura da Declaração de Berlim, pelo IBICT (2006);
- Projeto de Lei 1120/2007⁴, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências, arquivado no início do ano de 2012;
- Projeto de Lei do Senado 387/2011⁵, em tramitação;
- Articulação junto aos diversos segmentos da comunidade científica (sociedades científicas, associações de bibliotecários, associação de editores científicos, associações de gestores e dirigentes universitários, reitores de universidades, dirigentes de agências de fomento, entre outros).

O IBICT atuou forte e diretamente, nos primeiros cinco anos de iniciativas brasileiras, junto a universidades e institutos de pesquisa no que concerne ao compartilhamento de conhecimento claro e amplo sobre o Acesso Aberto. Isso, por sua vez, tem servido de lastro para o estabelecimento de suas políticas institucionais de acesso aberto. Nessa perspectiva, o Instituto, como unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, estabeleceu sua própria política mandatória de Acesso Aberto no ano de 2009.

3 <http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>

4 <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>, visto em 19/09/2013

5 <http://legis.senado.gov.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/128897.pdf>, visto em 19/09/2013

Iniciativas da Universidade de Brasília: modelo integrado de gestão e comunicação da informação científica

A gestão da informação científica e a comunicação científica tornaram-se, ao longo da última década, importantes atividades concernentes a novos papéis desempenhados por bibliotecários em universidades, graças a iniciativas de Acesso Aberto por meio da Via Verde e da Via Dourada. No que diz respeito à Via Verde, repositórios institucionais digitais de acesso aberto foram inseridos no âmbito dessas atividades como um recurso crucial que tanto melhora quanto aumenta a produção, o registro, a publicação e a disseminação do conhecimento científico socializado em universidades por meio tanto do ensino quanto da pesquisa.

A figura 4 ilustra essa afirmação, na medida em que a teoria embutida no modelo estabelece que repositórios digitais de Acesso Aberto, como ferramenta essencial de gestão da informação científica, desempenham papel chave no processo de produção de conhecimento e de comunicação de conhecimento novo de dois modos principais. O primeiro é por meio da disseminação ampla da produção científica, juntamente com a publicação formal de novos conhecimentos em periódicos, livros ou outras fontes de informação. O segundo é o registro e veiculação de conteúdos que visam a atividades de ensino por meio de serviços apropriados, permitindo, assim, melhorar a socialização do conhecimento em salas de aula e em salas de trabalho (escritórios) de docentes.

O modelo tem guiado o desenvolvimento e a oferta de serviços de informação digital na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (<http://www.bce.unb.br>), a qual, por sua vez, tem compartilhado suas iniciativas com várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil por meio de treinamentos e consultorias. Os esforços que vêm sendo feitos por bibliotecários e analistas de TI têm, de fato, levado em consideração que as atividades-fim em uma universidade, nomeadamente, o ensino e a pesquisa, devem ser consideradas em uma perspectiva integrada e cíclica. Os serviços desenvolvidos pela BCE, à luz deste modelo, são descritos seguidamente um a um, embora sucintamente.



Figura 4: Gestão da informação, comunicação científica e produção e conhecimento: melhor integração entre ensino e pesquisa, graças a repositórios digitais

Repositório Institucional da UnB - RIUnB (<http://repositorio.bce.unb.br>)

Utiliza o DSpace como plataforma e seu conteúdo se compõe de artigos de periódicos com revisão de pares, capítulos de livros, livros, trabalhos publicados em anais de eventos com revisão de pares, teses e dissertações. As coleções cobrem todas as unidades acadêmicas da universidade e adota o depósito mediado, isto é, feito por bibliotecários com base em metodologia própria.

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD/UnB (<http://btdt.bce.unb.br>)

A BDTD/UnB constitui o primeiro esforço da BCE visando à gestão da produção de conhecimento e ao melhoramento da comunicação científica na universidade. Tal como no caso do RIUnB, o objetivo da BDTD/UnB é tornar resultados de pesquisas disponíveis e acessíveis globalmente.

Biblioteca Digital de Monografias – BDM (<http://bdm.bce.unb.br>)

Monografia foi o termo genérico adotado pela BCE para os trabalhos de conclusão de cursos de graduação e especialização. Considerando que a qualidade e

o rigor científicos não são os mesmos de teses e dissertações, nem de artigos e outros produtos da pesquisa científica, ficou estabelecido que monografias constituiriam uma coleção específica. A BDM é idêntica ao RIUnB, mas tem políticas diferentes.

Diretório de Revistas Acadêmicas; Portal de Periódicos Científicos
(<http://seer.bce.unb.br>)

Um dos novos papéis exercidos pela BCE resulta do movimento de acesso aberto, e se relaciona com a gestão de serviços editoriais de publicações científicas no ambiente digital. Particularmente em relação a periódicos científicos eletrônicos, a BCE tem, de fato, liderado as ações na UnB. O Portal de Periódicos Científicos inclui os periódicos publicados por unidades acadêmicas, como resposta à política da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), classificados no Programa Qualis como A ou B (<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>). O Diretório de Revistas Acadêmicas inclui todo tipo de periódico publicado no âmbito da universidade, com base em uma política mais flexível de avaliação de qualidade.

Portal de Conferências - SOAC/UnB (<http://soac.bce.unb.br>)

A despeito de ser um serviço promissor, o Portal de Conferências ainda não é explorado completamente na UnB, embora já inclua alguns sítos de eventos realizados na universidade. O *leitmotif* é o mesmo do Portal de Periódicos em termos de objetivos, políticas e procedimentos.

Repositório de Livros Eletrônicos – LEUnB (<http://leunb.bce.unb.br>)

Tal como o Portal de Conferências, ainda não tem sido explorado totalmente, a despeito de constituir também um serviço bastante promissor. É possível que se beneficie do recém-lançado *Open Monograph Press*, do PKP.

Repositório de Objetos Digitais de Aprendizagem (<http://roda.bce.unb.br>)

Objetos Digitais de Aprendizagem constituem exemplos típicos de produção e

conhecimento em termos de atividades de ensino. A comunidade acadêmica brasileira dá-lhes atenção especial por meio de um programa nacional que é parte de um programa internacional (<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>). Sendo assim, a BCE tem trabalhado no sentido de dar visibilidade à produção da UnB nessa matéria, por meio do RODA.

Enfim...

Por meio da implementação de diferentes tipos de repositórios digitais, a BCE vem introduzindo a comunidade acadêmica da UnB na Via Verde e na Via Dourada. O trabalho realizado tem, na verdade, iniciado uma nova cultura, tornando a comunidade gradualmente consciente do movimento de Acesso Aberto e todos os seus benefícios. Mais que isso, a BCE ajudou universidades e institutos de pesquisa brasileiros a implementarem seus programas de Acesso Aberto por meio de treinamentos sobre repositórios e periódicos científicos, realizados tanto em Brasília, na UnB, quanto nessas próprias instituições.

Panorama recente das iniciativas brasileiras

Apesar de algumas conquistas e vitórias alcançadas, os números recentes, que não são fáceis de obter e identificar, não revelam um avanço muito significativo das iniciativas brasileiras de Acesso Aberto. No entanto, é importante destacar:

- O IBICT apoiou a construção de 50 repositórios institucionais no Brasil. Aproximadamente 40 estão em pleno funcionamento (pelo menos 31 repositórios institucionais de universidades e 10 repositórios institucionais de institutos de pesquisa - tabela 1). É certo que sem a política do Instituto e o apoio efetivo na distribuição de equipamento e capacitação dos atores envolvidos, o Brasil não teria atingido este patamar.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISA EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL					
NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	TOTAL
2	6	17	9	7	41

Tabela 1: Distribuição geográfica dos repositórios institucionais criados com apoio do IBICT

- Até o dia 08/09/2013 os documentos depositados em repositórios institucionais brasileiros somavam cerca de 170.000. Vê-se que é um número pequeno, certamente resultante das dificuldades mundiais sobre o autodepósito. O depósito mediado será, sem dúvida, a estratégia mais efetiva, por muito tempo ainda, no Brasil.
- Existem mais de 900 revistas brasileiras de Acesso Aberto. No portal do SEER do IBICT estão registradas 961 revistas, cuja distribuição geográfica pode ser consultada na tabela 2:

DISTRIBUIÇÃO DAS REVISTAS BRASILEIRAS GERIDAS POR MEIO DO SEER					
NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	TOTAL
25	122	387	322	105	961

Tabela 2: Distribuição geográfica das revistas cadastradas no Portal SEER do IBICT

- No sítio do DOAJ, os números indicam 922 revistas em 18/09/2013, discrepância certamente provocada pelo fato de alguns gestores desconhecerem o DOAJ, não registrando, assim, suas revistas. O Brasil consta no DOAJ como o segundo maior país em termos de número de revistas. Sobre as revistas brasileiras criadas por meio do SEER, é importante observar que, conforme estudos realizados a respeito desses números (Sandes-Guimarães; Costa, 2012), a grande maioria requer política de qualidade, mas muitas revistas não o fazem e não podem sequer ser considerados periódicos científicos.
- Segundo dados do Portal ROARMAP, o Brasil tem registrados sete mandatos. No entanto, dois deles não são pertinentes, pois um refere-se ao PL 1120, já arquivado, e outro constitui, na verdade, uma Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Desse modo, existem, de fato, no Brasil, cinco mandatos válidos registrados no ROARMAP, sendo três de universidades públicas federais, um de universidade estadual e um de uma fundação de pesquisa que também tem um programa de pós-graduação.

Conclusões

As iniciativas preconizadas pela filosofia do Acesso Aberto permitiram ao Brasil dar maior acessibilidade a sua produção científica, tanto por intermédio dos

repositórios institucionais quanto por meio das revistas científicas eletrônicas, vide os rankings constantes no OPENDOAR⁶ e no DOAJ⁷. De fato, as iniciativas de acesso aberto proporcionaram ao País:

- mudanças no processo e no sistema de comunicação científica, que passam a ter tanto novos atores quanto novos papéis desempenhados por seus atores tradicionais. Exemplo dessas mudanças são os papéis desempenhados por bibliotecários de universidades, trabalhando em duas frentes. A primeira, estabelecendo parceria com docentes-pesquisadores editores de revistas científicas publicadas por suas unidades acadêmicas e seus programas de pós-graduação. A segunda, gerindo repositórios institucionais digitais de Acesso Aberto, dando visibilidade à produção científica brasileira;
- mudanças significativas nos papéis exercidos no âmbito das bibliotecas universitárias e em segmentos da comunidade científica e tecnológica. Sem as iniciativas de Acesso Aberto essas organizações deteriam pouquíssima ou nenhuma ação com vistas ao registro e disseminação ampla e irrestrita da sua produção científica. Trata-se, sem dúvida, de uma resposta positiva ao fracasso das bibliografias especializadas, em razão do cenário tecnológico dos anos 1970/80;
- criação de parceria saudável e edificante entre o IBICT e universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de parceria entre essas instituições, com impactos significativos na comunicação científica do País. As estatísticas registradas nos sites dos repositórios dessas instituições comprovam essa afirmação;
- oportunidade de discussão, pelo Senado Federal, do PLS 387/2011, proporcionando a discussão de um tema dificilmente discutido - e que se amplia até as fronteiras do próprio sistema de comunicação científica - naquela Casa sem a motivação trazida pelo Acesso Aberto.

Definitivamente, as iniciativas de Acesso Aberto brasileiras representam importante ganho para a comunicação da produção científica do Brasil, com o IBICT exercendo papel fundamental nessas iniciativas. Parcerias entre universidades e

6 <http://www.opendoar.org/onechart.php?cID=&ctID=&rtID=&clID=&lID=&potID=&rSoftwareName=&search=&groupby=c.cCountry&orderby=Tally%20DESC&charttype=pie&width=600&height=300&caption=>

Proportion of Repositories by Country - Worldwide, visto em 19/09/2013

7 <http://www.doaj.org/doaj?func=byCountry&uiLanguage=en>, visto em 19/09/2013

institutos de pesquisa incrementam esses ganhos. Conforme pode ser visto no sítio OPENDOAR, o Brasil aparece em oitavo lugar em termos da quantidade de repositórios. Nesse *ranking*, os dez primeiros países são: EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão, Espanha, França, Polônia, Brasil, Itália, Índia, seguidos do Canadá e outros países. Essa classificação reforça o discurso político de que o Brasil é um País emergente e que entra definitivamente no bloco dos países desenvolvidos. Nesse contexto, o Acesso Aberto vem, sem dúvida, cumprindo seu papel.

Referências

- Costa, S. M. S.; Moreira, A. C. S. The diversity of trends, experiences and approaches in electronic publishing: evidences of a paradigm shift on communication. In: COSTA, S. M. S *et al.* From information to knowledge: lccc/ Ifip International Conference on Electronic Publishing, 7., 2003, Portugal. *Proceedings...* Guimarães: Universidade do Minho, 2003. p. 5-9.
- Rogers, Everett M. *Diffusion of innovations*. 3. ed. New York: Free Press, 1983. 453 p.
- Sandes-Guimarães, L. V.; Costa, S. M. S. Brazilian scientific journals that use the open journal systems (OJS): a quality analysis. *JISTEM: Journal of Information Systems and Technology Management*, v. 9, n. 1, 2012, p. 39-60.